



INSTITUTO IGARAPÉ
a think and do tank



Nota metodológica

Somos Vitóriaias-Régias

Ao redor do mundo, defensores e defensoras do meio ambiente e dos direitos humanos estão ameaçados. Apesar de inúmeros, os marcos normativos de proteção dessas pessoas e as organizações e redes de apoio carecem de uma perspectiva de gênero, ou seja, as necessidades de proteção de defensoras e defensores são diferentes e nem sempre os programas de proteção respondem às necessidades de cada grupo. O Instituto Igarapé se propôs a mapear os riscos e vulnerabilidades sofridos por defensoras dos direitos humanos e do meio ambiente na Amazônia para que essas redes de proteção possam ser adequadas à realidade.

Metodologicamente, optou-se pela adaptação do método de coleta de dados e amostragem conhecido como “respondent driven sampling”, ou amostragem guiada pelos respondentes, porque as defensoras são uma das chamadas “hidden populations” ou “populações escondidas”, que apresentam dilemas específicos para pesquisa. Trata-se de um grupo populacional difícil de ser alcançado, pequeno comparativamente à população e cujo tamanho e membros são desconhecidos. Nesses casos, outros métodos de pesquisa acabam focando nos membros conhecidos deste grupo, e portanto, deixarão de fora valiosas informações já que parcela considerável do grupo não será consultada.

O método de amostragem guiada por respondentes ou Respondent-driven sampling (RDS) combina o método de bola de neve com um modelo matemático que compensa o fato de que a amostra não foi coletada de forma aleatória. Esse modelo se baseia no princípio de “seis graus de separação”. De acordo com essa abordagem, potencialmente todos os membros do grupo podem ser alcançados em seis ondas. Assim, a partir de um número específico de defensoras conhecidas, identificam-se outras, que por sua vez identificam outras e assim sucessivamente.

No caso das defensoras, há ainda um desafio adicional. Além de se tratar de uma população escondida, uma pesquisa exploratória do Instituto Igarapé realizada em 2021 identificou a existência de muitas mulheres que realizam atividades de defesa e proteção do meio ambiente e dos direitos humanos e não se reconhecem como defensoras. Por essa razão, optou-se por realizar a pesquisa com a participação ativa de um grupo de defensoras.

Assim, a coleta de dados foi realizada a partir da rede de contatos dessas mulheres e das mulheres contatadas. Para garantir representatividade e diminuir os vieses, as defensoras contratadas pelo Instituto Igarapé são etnicamente e regionalmente diversas. Portanto, o grupo de defensoras conta com mulheres quilombolas e indígenas, que se dedicam a causas diversas e vivem em locais distintos da Amazônia. É importante ressaltar, no entanto, que apesar de representativa, a amostragem desta pesquisa não é estatisticamente representativa.

No Brasil, focamos em alguns estados, com vistas a aprofundar o conhecimento sobre os riscos e vulnerabilidades das defensoras vis a vis dinâmicas locais específicas. Os estados representados neste grupo de defensoras que guiaram a amostra para a coleta de dados são Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Pará e Roraima.

A partir dessa escolha metodológica, nove defensoras foram recrutadas e treinadas para a aplicação dos formulários, levando em consideração a representatividade populacional de cada estado amazônico no Brasil, a quantidade de conflitos por terra que ocorrem em cada um dos municípios de cada estado e a identidade étnico-racial das pessoas mais afetadas por esses conflitos; e os acessos a territórios estratégicos para a pesquisa que cada uma delas tem e sua identidade étnico-racial, buscando relacionar essa identidade às mais afetadas pelos conflitos.

Na equipe de consultoras, optamos por ter mais representantes do Pará: três mulheres com perfis étnicos-raciais diversos e residentes em municípios diferentes do estado. Isso porque o Pará, além de muito grande, apresenta um alto número de conflitos registrados e uma diversidade de mulheres sendo afetadas, entre quilombolas, assentadas e indígenas.

Outro estado com um número maior de consultoras é o de Roraima, que registra alto número de mulheres indígenas vitimadas. Optamos por trazer duas mulheres de povos indígenas diferentes para que se pudesse ampliar nossa visão sobre como essas populações são afetadas por esses conflitos. Trouxemos para o grupo também uma mulher indígena do estado do Amazonas, residente no município mais indígena do país.

No Maranhão, a escolha foi por uma mulher quilombola. É um estado com grande dimensão geográfica e que também apresenta alto número de conflitos registrados, como o Pará, mas ali a violência atinge muito mais uma população específica – a quilombola. Tanto no estado do Acre quanto no estado do Amapá, a escolha foi por mulheres assentadas, também baseando-se nas maiores vítimas de conflitos violentos nesses locais. Assim, deixamos de selecionar mulheres em dois estados pertencentes à Amazônia Legal: Tocantins e Mato Grosso, por apresentarem números menores de conflitos e pertencerem a um bioma diferente, o cerrado.

O resultado foi a coleta de 131 respostas de mulheres de todos os estados da Amazônia Legal, exceto Tocantins. O perfil das respostas é de mulheres entre 18 e 56 anos, sendo 9 delas mulheres trans, e a composição racial foi de 34% de indígenas, 25% pardas e 36% pretas, e apenas 3% brancas.

Análise similar foi realizada para Colômbia e Peru, ainda que, para esses países, somente duas consultoras locais foram contratadas. Para a seleção dos territórios, observaram-se os níveis de violência contra defensores e defensoras de direitos humanos, nível de conflitividade ambiental e índices de violência contra mulheres.

A partir desses critérios, identificou-se os departamentos de Putumayo e Meta, na Colômbia, como áreas de interesse. Putumayo está associado a conflitos ambientais em função de projetos de infraestrutura, mineração e cultivos ilegais, o que gera altos níveis de violência. Já o departamento de Meta é a porta de entrada para o norte da Amazônia, com pressões geradas pela pecuária extensiva. Por essa razão, a pesquisa foi conduzida por uma defensora indígena do departamento de Putumayo e outra “mestiça”¹ e campesina, do departamento de Meta.

O resultado alcançado foi de 72 questionários respondidos por mulheres de 17 províncias: Antioquia, Arauca, Bogotá, Bolívar, Boyacá, Caldas, Caquetá, Cauca, Chocó, Cundinamarca, Guaviare, Meta, Putumayo, Quindío, Santander, Tolima, Valle del Cauca e Vaupés. A composição dos questionários é de 36% de mulheres indígenas, 32% brancas, 24% “mestiças” e 8% pretas.

No caso do Peru, as regiões de Ucayali, Loreto, Madre de Dios e San Martín apresentaram-se como de interesse. No caso de Ucayali, observaram-se altos índices de vitimização de defensores e defensoras, e atividades relacionadas ao tráfico de drogas. Já Madre de Dios é o epicentro do garimpo ilegal. A pesquisa foi feita por uma defensora indígena, do departamento de Ucayali, e uma negra, residente na capital, Lima, com conexões com o departamento de San Martín. Das 84 respondentes, 99% eram indígenas e 1%, negra. Um total de dez departamentos abarcaram o alcance dos questionários no país: Amazonas, Huánuco, Ica, Junín, Lima, Loreto, Madre de Dios, Pasco, San Martín e Ucayali.

1 Na Colômbia e no Peru, a categoria “mestiço” equivale ao enquadramento “pardo” em português, utilizado pelo IBGE.

É importante ainda mencionar que, com vistas a garantir a segurança das defensoras, algumas precauções foram tomadas pela equipe do Igarapé.

1. As defensoras coletaram informações que não podiam colocá-las em risco. Na verdade, coletaram informações a respeito dos seus próprios riscos e vulnerabilidades, com vistas a informar programas e redes para melhorar a sua proteção.
2. A coleta de dados se deu através da integração dessa tarefa às atividades habituais das defensoras. Nosso foco foi a contratação de mulheres de reconhecida trajetória de trabalho com outras defensoras.
3. Grande parte da coleta foi realizada online e por meio de entrevistas por telefone.
4. A equipe de pesquisa do Instituto Igarapé realizou duas oficinas com as defensoras, visando aumentar a sua segurança. A oficina de pesquisa versou sobre o método de coleta de dados, princípios éticos de pesquisa (inclusive a proteção) e protocolos de segurança. Já a oficina sobre segurança digital para ativistas focou na proteção dessas mulheres contra eventuais ameaças no ambiente digital.

METODOLOGIA DE PROCESSAMENTO DOS FORMULÁRIOS

Seguindo o método descrito acima, foi coletada a seguinte quantidade de formulários:

- 77 na Colômbia (72 mulheres, excluindo 5 homens respondentes);
- 84 no Peru;
- 132 no Brasil (131 mulheres, excluindo 1 homem respondente).

Esses formulários foram coletados através de contatos feitos pelas defensoras contratadas para o projeto, nos quais pelo menos as seguintes estratégias de divulgação foram utilizadas:

- Envio do link para o formulário através de uma mensagem via Whatsapp;
- Acompanhamento do formulário através de chamada telefônica, sendo preenchido diretamente na plataforma (Google Formulários) pelas defensoras contratadas;
- Aplicação pessoal do formulário em visitas de campo realizadas pelas defensoras. Neste caso, elas inseriram as respostas diretamente na plataforma quando havia conexão suficiente com a internet e, em outros casos, as respostas foram preenchidas utilizando o formulário impresso para serem inseridas na plataforma posteriormente.

A consideração dessas diferentes metodologias permitiu um acompanhamento próximo pelas defensoras que foram recrutadas e treinadas no projeto para cada uma das mulheres contatadas em diferentes territórios dos três países. Em segundo lugar, essa combinação de métodos proporcionou flexibilidade diante dos problemas de acesso e baixa conectividade nos territórios de interesse, de modo que a chamada telefônica e a visita de campo garantiram a cobertura da pesquisa.

A aplicação dos formulários foi encerrada em 31/12/2022. As pesquisas foram compiladas em um único banco de dados a fim de continuar com a análise descritiva dos formulários. Vale ressaltar que todos os respondentes concordaram em participar do estudo.²

Os procedimentos básicos de processamento do banco de dados incluíam os seguintes elementos:

- Padronização das perguntas de escolha única: com base na classificação das respostas levantadas na pesquisa original, todas as entradas incluídas como “respostas abertas” em cada uma das perguntas foram padronizadas usando a opção “outras”. Foi feita uma revisão pergunta por pergunta, tendo o cuidado de identificar novas opções de resposta a serem incluídas em futuras iterações da pesquisa qualitativa;
- Padronização das perguntas de múltipla escolha: foi dada atenção especial ao processo de padronização das perguntas de múltipla escolha, no qual o respondente teve a possibilidade de selecionar várias respostas (por exemplo, diferentes áreas de ação, ou diferentes formas de vitimização), bem como de

poder incluir respostas abertas através da opção “outra”. Isto é feito seguindo a mesma metodologia que a padronização de perguntas de escolha única;

- A padronização foi realizada em paralelo em espanhol e português, prestando especial atenção para garantir a continuidade da concordância das perguntas nos formulários em ambos os idiomas;
- Limpeza de variáveis como:
 - Idade: padronização das entradas em letras ou incluindo complementos como “xx anos”;
 - Localização: uma revisão da localização geográfica foi feita nas perguntas “Em que departamento/município você nasceu?” e “Em que departamento/município você vive?”. O acordo de município e localização no departamento foi revisado. Posteriormente, o código oficial do município foi incluído de acordo com as bases de dados geográficas de cada país.

A análise das pesquisas é um exercício descritivo do banco de dados. Isso considera a ausência de fatores de expansão da amostra para uma população, dado que, como indicado na primeira seção deste documento metodológico, a amostra coletada não é aleatória nem representativa de uma população. Como indicado, isso não é possível dado que a população está “escondida” e faz parte de um exercício de convite e seleção pelas pesquisadoras contratadas e treinadas para este projeto.

² Pergunta: “Você concorda em participar desta pesquisa, fornecendo dados que serão processados de acordo com a Política de Proteção de Dados do Instituto Igarapé, sob as diretrizes estabelecidas pela LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018) do Brasil. Os dados serão mantidos anônimos na medida do possível e utilizados somente para a finalidade da pesquisa e das ações resultantes. Os dados não serão utilizados para fins comerciais ou políticos”.

A amostra deste estudo reflete padrões e características de uma população específica e deve-se tomar cuidado para não generalizar estes resultados para a população geral de mulheres defensoras do meio ambiente e dos direitos da terra nos países selecionados. No entanto, o banco de dados analisado leva em conta as características das mulheres que podem se identificar como defensoras, identificando em particular padrões regionais importantes entre os países analisados, bem como elementos contrastantes.

A análise descritiva inclui todas as pesquisas, dada sua aceitação da participação e do uso dos dados. Entretanto, 1 pesquisa no Brasil e 4 na Colômbia foram excluídas por terem sido respondidas por homens.

A análise descritiva é baseada na tabulação de cada uma das perguntas através das respostas padronizadas. As respostas foram tabuladas para um exercício comparativo entre os três países, bem como dentro dos estados no Brasil. Para facilitar a interpretação dos padrões identificados, foram feitos cálculos de proporções entre as respostas totais em cada país (que sempre somaram o total de $n= 74$ CO, 84 PE e 131 BR). No caso de respostas múltiplas, o total sempre excede este n geral, já que cada respondente sempre respondeu a mais de uma opção em tais perguntas.

igarape.org.br



INSTITUTO IGARAPÉ
a think and do tank